

Sumário

1. Introdução	2
2. O encontro com os personagens.....	6
3. "Povo, gente, gentinha?".....	12
4. Heranças do presídio - hierarquia e segurança	16
5. Preservação - os "nativos" e os "de fora".....	20
6. "UERJ" X Comunidade	23
7. Conclusões	29
8. Referências bibliográficas.....	33

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, que segue uma orientação antropológica, tem por objetivo fazer uma *análise etnográfica* da Vila Dois Rios, comunidade situada na Ilha Grande (município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro), tendo como foco principal a relação da comunidade com o antigo Instituto Penal Cândido Mendes e, após sua demolição, com a UERJ, enquanto nova administradora da vila, com seu Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS. Entendendo por etnografia a forma de compreensão de uma cultura, que Geertz define como "uma descrição densa", "fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado" (Geertz, 1989: 20.).

Este trabalho se iniciou a partir da pesquisa "*Mapeamento Etnoecológico da Ilha Grande*" (Prado, 1999), da qual participei como bolsista de iniciação científica, e que tem o objetivo de fazer um estudo das culturas das muitas comunidades da Ilha Grande, ao mesmo tempo em que verificando suas visões de meio ambiente e ecologia. A minha participação na pesquisa ocorreu no período de julho de 1999 a dezembro de 2000, quando me dediquei à situação da comunidade da Vila Dois Rios, focando o modo como os seus membros viam os novos atores com os quais começaram a interagir após a demolição do presídio. Além disso, busco discutir algumas questões fundamentais para o entendimento daquela situação, e que foram também tratadas no trabalho de Prado (2000.a).

Além de apresentar um estudo sobre a cultura local, passando pelo estabelecimento da UERJ na Vila Dois Rios, este trabalho também demonstra a relação entre essa comunidade e a aquela instituição que administra a vila e sua área, mostrando como se expressavam, à época da pesquisa, as representações de ambas as partes e como os juízos de valor dificultavam e tornavam cada vez mais instáveis as tentativas de acordo ou convívio pacífico. Levo em conta que a identidade dessa comunidade é altamente permeada por suas relações com o presídio que ali funcionou, o que desperta, também, para a questão do "saudosismo", na qual o antes aparece sempre como sendo o melhor tempo para a vida da população, que por isso mantém vivas as lembranças do

passado, em contraposição com um presente visto como cheio de dificuldades, impossibilidades e inseguranças. Nessa relação aparece, também, a questão do poder, que, no caso, está relacionado principalmente com a posse e acesso aos recursos (casas e transporte), em que se discute muito quem manda, quem tem direito a usar o quê e quem controla o quê.

Minha participação na pesquisa se deu num determinado momento, tendo havido posteriormente algumas mudanças em diversas situações às quais me remeterei no decorrer do trabalho. Assim, cabe esclarecer que o meu enfoque recai sobre as condições daquele momento quando tive um maior contato com a comunidade da Vila Dois Rios. Dessa forma, utilizo os verbos no passado, para enfatizar acontecimentos ou situações ocorridas naquele momento, e verbos no presente para os que, apesar de constatados anteriormente, permanecem ainda hoje.

Para dar conta da pesquisa geradora deste trabalho, utilizamos métodos qualitativos de trabalho de campo, como: a observação participante, entrevistas abertas e análise de documentos. A observação participante foi uma importante etapa da pesquisa de campo por nela se apresentarem mais evidenciados a vida e o cotidiano da população local, além de nos permitir uma maior proximidade com aquela comunidade. As entrevistas abertas, que eram orientadas para os assuntos relevantes à pesquisa - visões sobre meio ambiente - acabaram nos levando às visões antagônicas entre os membros da comunidade e a UERJ. A análise de documentos foi feita com informações e material obtidos através da Prefeitura de Angra dos Reis, da comunidade, da Associação de Moradores e da UERJ.

* * *

A Ilha Grande, lugar que teve seu nome traduzido da expressão em tupi "Ipaum Guaçu" (assim denominada pelos índios tamoios que habitavam o litoral entre as atuais cidades de Ubatuba, ao sul, e Cabo Frio, ao norte), sofreu diversas mudanças desde os primeiros relatos sobre sua existência e sua população.

A Ilha abrigou embarcações de piratas e contrabandistas (de escravos africanos e de pau-brasil), protegidos, também, pela sua geografia. Nos séculos XVIII e XIX, já havia tido início o cultivo de cana de açúcar (seguida pelo de café), fazendo com que

uma grande área da Ilha fosse desmatada. Na segunda metade do século XIX, com o fim do tráfico de escravos, teve início a decadência econômica da região.

De acordo com Mello (1987), em 1884 a Coroa começou a construção do Lazareto (espécie de hospital destinado à desinfecção de navios e tratamento de viajantes que trouxessem doenças), onde antes havia a Fazenda do Holandês (atual Vila do Abraão), que funcionou de 1886 a 1913.

A Vila Dois Rios teve sua povoação iniciada por uma fazenda agrícola, a Fazenda Dois Rios, tendo esse nome em referência aos rios Barra Grande e Barra Pequena, que cortam sua área. Ainda conforme Mello, a Fazenda de Dois Rios inicialmente pertencia à Família Guimarães, sendo adquirida pela Coroa em 1884. Em 1903 houve a instalação oficial da Colônia Correccional de Dois Rios, que serviu de presídio para pessoas julgadas por crimes comuns, e dando início a um período repleto de características "policialescas". Até o presente, essa vila é referida também como "Colônia" em razão da presença tão antiga da instituição penal.

Em 1932, o presídio de Dois Rios passou a abrigar os presos políticos do presídio no Abraão (antigo lazareto), sendo reformado em 1940 para tornar-se o Instituto Penal Cândido Mendes¹.

Nos anos setenta, com o início da criação das Unidades de Conservação Ambiental nas áreas de Mata Atlântica, a Ilha Grande foi inserida na Área de Proteção Ambiental dos Tamoios (APA dos Tamoios) e subdividida em áreas de conservação, como: o Parque Estadual da Ilha Grande (1971), a Reserva Biológica da Praia do Sul (1981) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (1990)². Ao mesmo tempo, a pesca, principal atividade em muitos povoados, e as fábricas de salga de peixe e enlatamento de sardinhas, entraram em declínio.

Em seus mandatos como governador do Estado do Rio de Janeiro (nos períodos de 1983-87 e 1991-94), Leonel de Moura Brizola, tentou desativar o presídio por duas vezes, só garantindo seu fim com a implosão do instituto penal, em 1994, apesar dos protestos dos moradores. As causas da desativação seriam o alto custo para o Estado e a falta de segurança com as várias fugas³. Os presos e alguns funcionários foram

¹ Dados obtidos através do site do CODIG - Comitê de Defesa da Ilha Grande - www.geocities.com/codigbr, onde podem ser verificados, também, quais as áreas que são determinadas por leis municipais, estaduais ou federais.

² Informações adquiridas no site: www.geocities.com/codigbr.

³ O que foi objeto de matéria no caderno *Geral* do jornal *Extra* de 02/12/2001.

transferidos para outros presídios, como os do Complexo Penitenciário de Bangu. A maior parte dos funcionários e suas famílias mudou para Angra dos Reis ou para o Rio de Janeiro, mas alguns permaneceram na Ilha, na Vila do Abraão e especialmente na Vila Dois Rios.

No período entre 1994 e 1997, os moradores que permaneceram na Vila afirmavam ter tido muitas dificuldades, pois não havia mais uma estrutura que atendesse às necessidades daquela comunidade isolada, já que nesse período não havia uma administração local para apoiá-los, o que dificultava a sua sobrevivência ali.

Em 1997, a UERJ firmou um acordo com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, passando a ser cessionária dos imóveis e da área da vila, comprometendo-se a instalar um centro de pesquisas (que se concretizou com o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - CEADS) para o desenvolvimento de estudos na área de meio ambiente. Nesse acordo, foi assinado um termo de Cessão de Uso dos imóveis situados em Vila Dois Rios, assim como de sua área, pelo período de 50 anos renováveis. A partir deste, a UERJ ficava incumbida de gerenciar e monitorar a Bicota da Ilha Grande e águas adjacentes, conservar os imóveis e área da vila, mantendo-os limpos e em bom estado. Os moradores então acreditaram ter conseguido um aliado para ajudar a resolver suas necessidades.

2. O ENCONTRO COM OS PERSONAGENS

O início da nossa pesquisa se deu pela Vila Dois Rios por esta apresentar uma infra-estrutura propícia, já que possuía um "alojamento" para os pesquisadores da UERJ no centro de pesquisas - CEADS, tendo acesso aos moradores locais, o que, também, poderia nos aproximar de pessoas de outras partes da Ilha, através das redes de relacionamento desses moradores, facilitando o nosso campo em outras comunidades.

Assim que passamos a freqüentar a vila e a conhecer seus habitantes, percebemos que havia um grande "mal-estar" com relação à presença da UERJ no local. E se, com alguns foi mais fácil o contato, e a nossa presença não parecia representar um problema, com outros tivemos que usar o convencimento. Esse foi mais um trabalho de conquista, quase uma "paquera", que nos levou a diversas idas à Vila, geralmente uma vez por mês, permanecendo lá por quatro ou cinco dias.

Durante esse período participamos de diversos eventos da comunidade, como aniversários e conversas nas duas cantinas ali existentes, além do contato mais direto com o pessoal "da UERJ" - funcionários, pesquisadores e alunos. E, para se ter uma idéia mais detalhada do que seria a causa dessa discórdia, resolvi analisar de forma separada a comunidade e a UERJ/CEADS, na tentativa de identificar os grupos para posteriormente captar suas representações um do outro e analisar de forma ampla a relação entre ambos.

A comunidade

A Ilha Grande é dividida em "áreas de proteção ambiental", sob diversas legislações e a cargo de diferentes instâncias governamentais, mas ao mesmo tempo é freqüentemente visitada por turistas. As visões de mundo e estilos de vida do grupo que habitava a Vila Dois Rios sofreram influências de diversos fatores, como: a preocupação com a proteção ambiental, o convívio com o cotidiano de uma penitenciária e sua realidade, a exploração do mercado do turismo e a atuação de uma universidade pública e seus projetos na área da vila.

A população local possui a particularidade, que se estende a quase todos os moradores, de sua presença no local ser explicada pelo anterior funcionamento do Presídio, já que a vila foi programada para as famílias dos funcionários e presos. Assim, a população local é formada por ex-funcionários do Instituto Penal: PM - Polícia Militar ou DESIPE - Departamento do Sistema Penitenciário, e seus familiares; por alguns agentes penitenciários e/ou policiais militares que ainda permanecem em atividade em outros presídios, mas mantêm moradia no local; por um preso em liberdade condicional e sua família; além de funcionários da UERJ.

Após a demolição do presídio, apesar de a vila ter permanecido ativa, o número de moradores ficou pequeno, já que a maior parte dos funcionários foi remanejada para outros locais. Entre os que permaneceram, há os que mantêm moradia na vila e os que têm as casas apenas para os períodos de férias ou finais de semana, que é o caso das famílias com melhores condições financeiras ou que saíram da Ilha para trabalhar em Angra ou no Rio de Janeiro, por falta de emprego.

A permanência dos moradores na vila se deu, segundo relatos, por questões financeiras (na ocasião da pesquisa, não pagavam água, luz ou impostos pela casa) e por causa da qualidade de vida. Mas reclamavam da falta de movimento e de diversão, sentiam falta do que havia quando o presídio era ativo. Além disso, reclamavam que havia muitas pessoas estranhas, de fora da vila, que não possuíam comportamentos condizentes com os dos moradores, e não respeitavam a moralidade local.

A vila, na época da pesquisa, possuía um aspecto de abandono que parecia combinar com as ruínas do presídio. Na sua entrada, na rua principal (Rua Rio de Janeiro), a praça que tem quase a mesma extensão da rua, era coberta pelo mato. Nesta rua também estão o prédio do antigo presídio feminino (que os moradores chamam de "zeladoria", por ter sido ocupado com essa função), a Igreja de Nossa Senhora dos Homens, construída em 1938, e casas, que cercam a praça e que, mesmo ocupadas, também pareciam estar abandonadas. Essas e outras "construções" davam uma idéia de "cidade abandonada" aos que chegavam à vila, por estarem ou parecerem estar em ruínas, sem qualquer manutenção.

Ainda a rua principal (que dá acesso à vila pela estrada e termina em frente às ruínas do prédio do presídio) também divide a vila em dois lados, que os moradores classificavam como "zona norte" e "zona sul", numa alusão às regiões sócio-urbanas da

cidade do Rio de Janeiro. A "zona norte" era onde havia os problemas de iluminação, saneamento, calçamento das ruas, além de ser oposto ao mar e próxima à mata. Já na "zona sul" havia uma infra-estrutura que comportava os itens que faltavam à outra, com casas "da UERJ" e sendo voltada para o mar. Lá, também, estão localizadas as duas cantinas que resistiram ao fim do presídio; na época, uma funcionava apenas nos fins de semana (por causa do turismo) ou dias de festa na vila, a da Eliana; e a outra, todos os dias e também como uma pequena mercearia, a "birosca" da Teresa, onde os homens adultos se encontram para beber e conversar.

A principal ocupação na vila gira em torno da UERJ, que contrata alguns moradores para trabalhos voltados ao funcionamento do CEADS e à manutenção da estrada. Mas naquela ocasião a maior parte das pessoas não achava bom o trabalho oferecido pela UERJ alegando que, por esse tipo de contrato, a permanência no "emprego" significava: trabalho duro, sem folga semanal ou férias. Como a maior parte dos moradores recebe pensão ou aposentadoria, os jovens e as mulheres são os que trabalham para a UERJ, além do ex-detento que trabalha na estrada. A exploração dos recursos naturais era apenas acessória, apesar de reclamarem a falta do cerco de pesca, que havia sido, segundo diziam, impedido após a instalação do CEADS, pois os peixes, além de servir de alimentação, eram também comercializados.

A diversão local era, para os homens adultos, a pesca - na época, realizada de forma individual, diferente do cerco que hoje é utilizado para a subsistência e para a obtenção de lucro extra, com a venda, para o grupo - e/ou as conversas e discussões na cantina ou "birosca da Tereza", principalmente no final do dia. As mulheres se reuniam para jogar cartas ou, uma minoria e as mais jovens, iam à praia ou à pesca. Para os jovens a principal diversão era a praia, mas durante a tarde gostavam de jogar bola (futebol ou vôlei) e, algumas vezes, à noite faziam lual, com direito a violão. Às crianças restava a praia e as brincadeiras com bola.

Na vila, apesar de não haver uma forte tradição católica, há uma pequena igreja na qual, aos domingos, se faz uma cerimônia religiosa ministrada por uma das moradoras, já que não se conta com um padre no local. Existem também os evangélicos que fazem encontros na casa dos moradores ou que freqüentam cultos na Vila do Abraão.

A administração local ficou sob os cuidados da UERJ a partir de 1998, e no momento da pesquisa, era da responsabilidade da Coordenação dos Campi Regionais -

CCR, que nomeou um administrador local responsável pela Vila. Sob a administração da UERJ está o controle do uso das casas e espaços da vila, o uso de um caminhão pela comunidade e a questão dos serviços como a manutenção da estrada, a capina das praças e canteiros, assim como dos prédios remanescentes do presídio. Entre os serviços na Vila, há uma escola municipal (sob a responsabilidade da Prefeitura de Angra dos Reis) com ensino fundamental, onde duas turmas de crianças de séries diferentes estudavam numa mesma sala, por falta de professores, e com horários irregulares por causa do transporte dos professores que saíam da Vila do Abraão.

Mas, na vila havia uma característica que aparecia a todo o momento, saltando aos olhos de quem a observava mais profundamente: a *ambigüidade* - Tanto nos aspectos físicos do meio - que englobam, de um lado, a mata, o mar, uma natureza esplendorosa, e de outro as ruínas do presídio e as casas que abrigaram os funcionários e familiares, com aquele ar de um pesado abandono; quanto no comportamento da população que, ao mesmo tempo em que reclamava por autonomia e liberdade, pedia uma maior ingerência por parte do Estado e da UERJ.

A UERJ

Em 1997, após um acordo firmado com o Estado do Rio de Janeiro, a UERJ teria a cessão de uso dos imóveis e da área situados em Vila Dois Rios por um período de cinquenta anos, para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de interesse do Governo do Estado, bem como projetos de interesse acadêmico da UERJ, para subsidiar políticas de gestão ambiental.

A UERJ chegou na vila numa época em que os moradores precisavam de muita atenção e de recursos para sua manutenção; tinham perdido um administrador que gerenciava todas as suas atividades e necessidades e haviam passado por um período, segundo eles, de escassez de recursos e falta de ajuda por parte do poder público. Assim, quando a UERJ chegou, acreditaram que ela supriria suas necessidades, criando uma expectativa em torno desta instituição.

A UERJ havia dividido suas tarefas entre duas de suas instâncias, ficando o CEADS sob responsabilidade da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e a

administração da Vila a cargo da Coordenadoria das Campi Regionais (CCR); hoje essa divisão não mais existe, já que a primeira ficou responsável por toda a área. No local, há alguns funcionários da UERJ, estatutários que em geral estão na administração, e outros contratados entre os moradores da Vila Dois Rios e da Vila do Abraão para os serviços de limpeza do alojamento e das casas, para cozinhar, lavar roupas e capinar para o CEADS, ou ainda para manutenção da estrada e para dirigir os carros "da UERJ". Além desses, há os vigias contratados para a área do CEADS e que são pessoas da comunidade e do Abraão.

A UERJ reformou algumas das casas da vila, que estavam vazias, para abrigar alguns projetos desenvolvidos, mas que à época da pesquisa pareciam ter sido abandonados ou interrompidos como, por exemplo, a Farmácia que produziria medicamentos feitos a partir de plantas da Ilha, e que contaria com a participação dos moradores e de pesquisadores da UERJ.

Mas a principal atividade da Universidade na vila se dá a partir das pesquisas e projetos do CEADS. Este foi instalado pela UERJ na área e prédio onde funcionava o antigo Quartel da Polícia Militar, comportando o alojamento para pesquisadores e alunos da UERJ que desenvolvem projetos na Ilha, laboratório, sala de estudo, biblioteca e um pequeno auditório.

O aspecto físico da área do CEADS parecia ter dado continuidade, através da forma e até das cores que externamente cobriam o prédio, à "idéia" de Departamento de Polícia. E essa característica não se limitava à parte externa do Centro de Pesquisas, se refletindo também nas normas e regras apresentadas aos moradores da vila e aos pesquisadores que lá se hospedavam.

Aos pesquisadores e alunos essas normas se apresentavam desde sua chegada, através da administração que as distribuía digitadas em panfletos, e durante sua permanência, penduradas em murais por todo o prédio, como que um lembrete a todo instante. Segundo a administração, essas foram feitas para que os alunos e pesquisadores pudessem ter uma permanência tranqüila no local. Mas, em determinadas ocasiões causavam certo desconforto e desentendimento entre funcionários e pesquisadores por serem rígidas e, em alguns casos, um transtorno para o pesquisador. O que nos remete aos códigos internos da polícia, ou até mesmo o "regime militar".

Na ocasião de nossa pesquisa em relação aos moradores, essas regras apareciam através da proibição da sua entrada no espaço do Centro a não ser a serviço. Havia cercas e uma placa de "proibida a entrada" em um dos portões da área do CEADS (que hoje já não mais existem), além dos vigias que permaneciam dia e noite no local, fazendo revezamento. Dessa forma, a manutenção, ainda que despercebida, dos códigos policiais pelo CEADS, contribuía para a conservação do antigo significado dos espaços físicos e seus papéis no imaginário da comunidade.

O CEADS tem suas atividades exercidas através do uso interno do alojamento e demais instalações pelos professores e alunos e também fora do prédio, com as equipes em seus respectivos espaços de trabalho de campo, como nas trilhas das matas, nos rios e nas praias, além de (no nosso caso) na vila. Apesar de alguns alunos e professores freqüentarem a vila e estabelecerem relações com moradores, sua maior preocupação era com as pesquisas, não demonstrando muito interesse por contato com os habitantes locais.

Dessa forma, O CEADS se mantinha fechado a um contato externo com a comunidade, e sua sociabilidade ocorria apenas na sua área com a passagem e movimentação dos diferentes grupos, que eram hospedados durante determinados períodos e para os quais eram mantidas as instalações do alojamento e de alimentação. A programação do Centro de Pesquisas era determinada pelas equipes que se alternavam e se sucediam ali, e também, pelas saídas para os trabalhos de campo que a depender do projeto duravam mais ou menos tempo, e eram em períodos do dia e da noite.

Esses grupos mantinham um relacionamento mais estrito com seus próprios componentes; no entanto, existia um relacionamento entre os componentes dos diferentes grupos de alunos e professores. Apesar da distância que aparecia entre "os do CEADS" e os moradores, havia uma forma de interação praticada pelos funcionários da UERJ que eram da comunidade e agiam como mediadores da relação entre a comunidade e a UERJ/CEADS, fazendo com que informações fluíssem de um lado a outro.

3. "POVO, POVINHO, GENTINHA?"⁴

A comunidade da Vila Dois Rios se apresentou à nossa equipe de pesquisa como um grupo com características e identidade singulares, uma comunidade até certo ponto isolada dos grandes centros, tendo sofrido a influência do convívio com uma instituição penal, e estando ao mesmo tempo localizada numa área de preservação ambiental, exposta a informações externas e à presença de turistas.

Mas, essa população apresentava uma série de conflitos internos que separavam a comunidade em torno de muitos assuntos, o que para alguns era um problema, afirmando-se que "tem os do bando de cá e os do bando de lá; deveriam se unir para fazer melhorias para esse lugar". A origem desses conflitos, segundo alguns, estaria no presídio onde havia a divergência entre PMs e agentes do DESIPE, permanecendo após sua demolição - "Isso é desde o tempo da cadeia". Para outros era causada pela falta de diversão, afirmando que gostavam muito da vila, mas que "tem problemas, como a fofoca porque tem gente que não tem o que fazer."

A questão que se via com maior clareza nos depoimentos era a da "origem", havendo a separação dos moradores em dois grupos principais, além de outros que preferiam não se envolver nas discussões. Um dos grupos era formado por pessoas que se colocavam como "nativos" ou "caiçaras" porque nasceram na Ilha ou tiveram parentes (ancestrais) nascidos lá, e o outro grupo era formado por pessoas que foram morar na vila por intermédio do presídio, mas não tinham qualquer ligação familiar no local, e que por isso seriam "os de fora" (termo que também será tratado a propósito da questão do turismo). Essa divisão era vista como ruim inclusive pelos "da UERJ", como nos afirmou uma funcionária, ao dizer que "a vila é muito dividida, são as famílias, os clãs dominam a área, são divididas como partidos".

Após a demolição do presídio e antes da chegada da UERJ, a falta de condução e de manutenção da estrada foram grandes problemas, para acesso da Vila Dois Rios à Vila do Abraão, onde havia uma maior infra-estrutura, como lojas, posto de saúde e

⁴ Título retirado de uma anedota brasileira sobre a criação do mundo, que Roberto DaMatta (1993) descreve e que serve como exemplo de como alguns moradores vêem a relação interna da comunidade da Vila Dois Rios - com conflitos e desentendimentos incessantes e prejudiciais às boas relações.

escolas, além de ser local de travessia dos barcos particulares e das barcas da CONERJ para Mangaratiba e Angra dos Reis. Dessa forma, ou tinham que contratar barcos para levar seus mantimentos, comprados em Angra ou no Abraão, à Vila, ou teriam que levá-los subindo a pé os 12 quilômetros de estrada do Abraão até lá, como era feito para ir à escola, ao médico, fazer pagamentos ou receber pensões, e até a ida para o trabalho. Esta estrada foi aberta pelo Instituto Penal, em 1940, para permitir a locomoção dos carros que levavam os presos, funcionários e visitantes, bem como materiais e suprimentos para os funcionários e moradores entre a Vila Dois Rios e a Vila do Abraão.

Com o fim das atividades do Instituto Penal, seus funcionários foram conduzidos a outros presídios ou voltaram a servir nas suas corporações (no caso de alguns policiais militares). A maior parte das famílias desses funcionários também saiu da Vila, mesmo os aposentados ou reformados, e alguns da Ilha, mas um grupo permaneceu. Nesse último grupo havia, principalmente, guardas e policiais aposentados, familiares de funcionários transferidos para outros presídios (mas que mantiveram residência na Vila Dois Rios) e familiares de funcionários falecidos. Entre os que ficaram estão duas das famílias mais claramente reconhecidas como tais, que são a da Neneca e a do Cantuária, numerosas e bastante presentes na vida local. Outros se mudaram para a Vila do Abraão, pelas suas facilidades: mais próxima do continente, tendo muitas embarcações que fazem o trajeto da Ilha ao continente; possuindo escola que atende a alunos do nível elementar ao médio; posto de saúde para atendimento médico; comércio amplo; além de ser o local onde acontecem os eventos culturais, com diversão.

Dos que permaneceram na Vila Dois Rios, havia um número pequeno de famílias que mantiveram casa lá, mas tinham moradia estabelecida em outros locais, ou seja, as casas da vila eram mantidas para períodos de férias ou finais de semana. Segundo os moradores, essas famílias eram as que possuíam melhores condições financeiras (por isso poderiam morar fora) ou as de quem trabalhava e não podia morar na vila, já que a distância era grande e o meio de transporte problemático. E, desses, alguns saíram de lá com o fim do presídio, mas retornaram após o estabelecimento da UERJ, como nos informou um morador - "saí daqui porque estava difícil sem transporte, e só voltei quando a UERJ estava aqui e tinha carro", e ainda, "as pessoas que moravam fora estão voltando porque o carro está permitindo".

A permanência na vila era explicada por dois motivos: primeiro, pelo "amor à vila" ("Isso aqui é um paraíso, um céu, um arco-íris encantado de muitas cores, um palco de poesia"); e segundo, pelas facilidades financeiras, como a isenção de pagamento de algumas taxas de serviços essenciais ("Não quero sair daqui porque é sadio, bonito, seguro, além disso, tem muito problema fora daqui a gente tem que pagar água, luz e moradia" e "A vila é muito boa, não por ser praia, é porque não paga nada, é bom para pobre").

"O amor à vila", segundo alguns, só acontecia com os nativos da Ilha pois os de fora não possuíam um sentimento de ligação com o "lugar" ou com a "beleza" e o "paraíso" que ali se apresentavam. Dessa forma, os primeiros teriam mais direitos sobre o lugar que os demais. Essa diferenciação na questão da origem dos moradores levou a conflitos em vários níveis, como nas questões da pretensão à propriedade ou de quem tinha direito a ser considerado morador, podendo usufruir vantagens como o transporte (feito pela Toyota cedida à comunidade pela Prefeitura de Angra dos Reis) entre a vila e o Abraão.

Dessa forma, alguns moradores "nativos" questionavam a permanência dos "de fora" após a demolição do presídio, já que não eram da Ilha. Por outro lado, os "de fora" questionavam o direito "dos nativos" de não seguirem as regras da Associação de Moradores, e darem prioridade a parentes e amigos na condução deixando outros de lado, ou de manter essa exceção só para eles.

Assim, os conflitos na comunidade eram gerados porque o "amor à vila", além de significar a proximidade com o lugar, traduzia a distinção entre os que viviam no lugar porque gostavam, porque tinham "raízes", e os que estariam lá pelas facilidades que morar na vila proporcionava, como a tranquilidade. Aparecia aí o questionamento sobre quem tinha o direito de morar ou não na vila, ou melhor, quem tinha direito à pretensão da propriedade no local.

Apesar dos conflitos, muitos mostravam preocupação com relação a essa divisão, e quando perguntados sobre o que era ruim na Vila, afirmavam "o ruim é que o povo é dividido, não tem união" ou "as pessoas aqui não são unidas, uns querem ser melhores, querem mandar mais que os outros, tem muita provocação".

As divergências na comunidade pareciam "congelar" nos momentos de dificuldade ou nas ocasiões de festa (aniversários, pesca, churrascos, forrós e lual), onde todos se

encontravam sem confronto direto, e as trocas e apoios entre as pessoas passavam por cima das facções, que só reapareciam posteriormente. Situação que foi lembrada por uma moradora: "Tem algumas discussões, mas isso se acalma."

4. HERANÇAS DO PRESÍDIO: HIERARQUIA E SEGURANÇA

Os moradores, acostumados a controlar as entradas e saídas da Vila, após a demolição do presídio, perderam as posições sociais que legitimavam suas ações e passaram a sentir-se "abandonados pelo Estado". Sentem falta da segurança e do conforto que o presídio lhes proporcionava, enquanto emprego e administração local. Por isto afirmam querer de volta "a vida que tinham antes", numa alusão à época em que o presídio estava ativo, quando o sistema penitenciário, e conseqüentemente o Estado, os auxiliava. É nesse sentido que se apresenta de forma mais clara o saudosismo que mantêm com relação à presença do presídio. A população que parecia, na ocasião em que pesquisamos, perdida em relação ao que fazer, e temerosa em relação ao que poderia vir a acontecer com seu futuro na Vila Dois Rios, reclamava muito da falta de assistência e da falta de informação (controle) sobre os acontecimentos no local.

A rotina penitenciária exerceu uma forte influência sobre a identidade da população local, fazendo com que, mesmo quem não participava diretamente da vida dentro da penitenciária, como as famílias dos funcionários do presídio, desenvolvesse um sistema simbólico, com códigos próprios, carregados de valores que orientavam suas ações, como: hierarquia, ordem e poder; onde o bem estaria em um pólo e o mal no outro, sem qualquer alternativa entre ambos. Entre esses valores, que geram códigos específicos, dois se mostraram como principais influências no comportamento local - a *hierarquia* e a *segurança*..

Hierarquia

"A idéia de *ordem* emanada pela penitenciária é muito presente não só na organização do espaço urbano mas também na estruturação das relações interpessoais e institucionais", além disso, "a marca de um *ethos penitenciário* aparece na forma como a comunidade se organiza para buscar e encaminhar soluções para seus problemas" (Gomes, 2001). A questão da *hierarquia*, a exemplo das patentes militares que definiam a ordem prisional, parece igualmente definir as relações na comunidade, apresentando

alguns elementos característicos, que eram essenciais a essa dinâmica, como por exemplo a competência, a autoridade e a credibilidade.

As pessoas da UERJ também pareciam ter se envolvido nesse "sistema simbólico policial" que rege a vila e seus moradores, aparecendo nas idéias e atitudes dos funcionários, pesquisadores e alunos da UERJ, que participavam do cotidiano do local, principalmente quando se referiam ao Termo de Cessão de Uso como uma garantia para se referirem à vila como propriedade da Universidade - "Acho que as pessoas deveriam ter a consciência de que isso aqui é da UERJ, deveriam respeitar mais a UERJ", afirmava um funcionário da universidade. Para esses, "a UERJ", que estava no topo da organização social da vila, deveria ditar normas, principalmente por acharem a população dependente e desorganizada. Dessa forma, os representantes da UERJ também se colocavam como reprodutores de uma tendência que mantinha a hierarquização nas suas relações locais.

Se, de um lado, essa característica havia sido aprofundada, na comunidade, pelo convívio com as normas e o cotidiano do presídio, e que posteriormente teria embebido os representantes da UERJ no local, por outro lado, a hierarquia se apresentava também como aquela característica própria do sistema social brasileiro, conforme afirma DaMatta (1993) - "a realidade brasileira se constrói considerando-se o paradoxo caracterizado pelo fato de o sistema social brasileiro absorver valores modernos sem abandonar um conjunto de práticas tradicionais, que continuam se reproduzindo e governando relacional e hierarquicamente a sua vida social".

Segurança

A segurança era uma outra questão de vital importância para a população da Vila Dois Rios; por ter sido a área da vila por muitos anos um local para manutenção e correção de criminosos, cercada de seguranças por todos os lados, aquela virou símbolo e categoria imprescindível para a vida no local. E, para esses moradores, a desativação do Instituto Penal significou o completo fim da tão importante "segurança", já que o Batalhão da Polícia Militar, que era localizado na vila, foi transferido para outro local, com todo seu efetivo.

"O presídio influenciava toda a Ilha. As pessoas tinham medo, e também não podiam ir à vila", disse uma moradora, sobre o fim da segurança após a demolição do presídio. Os moradores afirmavam que agora não se sentiam mais à vontade para deixar portas ou janelas abertas como antes; não iam mais à Vila do Abraão sozinhos por causa da estrada, nem deixavam as crianças brincarem tranqüilamente nas ruas. Isso porque o número de policiais que permaneceu na Ilha (na ocasião, apenas os do Batalhão Florestal em Abraão) era muito pequeno para cobrir toda a área; além disso, esses policiais tinham outras competências, não lhes incumbindo fazer o patrulhamento ostensivo (apesar de acabarem fazendo).

Segundo essas preocupações, ao passo que diminuía a "segurança", aumentava o número de visitantes que iam ao local, e, conseqüentemente, aumentava o medo dos moradores, que não estavam acostumados a receber pessoas estranhas em seu território: "a implosão do presídio serviu para algumas coisas..., mas foi ruim porque sobe qualquer um"; "na época do presídio tinha mais segurança, controle do turismo, hoje não sei quem é que entra".

Resolveram, então, fazer sua própria segurança, já que o poder público não aumentava o efetivo policial na Ilha e na Vila, "acho que deveria ter mais policiamento aqui, só os moradores tomam conta, botam gente pra correr", como afirmou um morador. Além do mais, como os moradores eram antigos funcionários do presídio, passaram a sentir-se no direito e obrigação de atuar em determinadas situações: "as pessoas que vêm de fora não botam banca e os moradores como polícia fazem a patrulha, controlam a situação". Livravam-se, então, desse problema distanciando-os da vida da comunidade, do seu território, da "sua propriedade".

Assim, os moradores apresentavam-se como os "policiais da vila" que, mesmo informalmente, agiam quando achavam que a cultura local estava sendo agredida. Se a idéia da presença de pessoas estranhas, "de fora", na vila já era bastante problemática para alguns, algumas atitudes praticadas por essas pessoas eram consideradas um desrespeito à comunidade. Para isso, apresentavam uma característica herdada do presídio, o "poder de polícia", com seus métodos coercitivos, com a sobreposição de códigos próprios perante a lei formal. E o que, em alguns casos, sequer eram delitos na lei oficial, foi considerado pelos moradores como crimes. Apesar disso, a maioria dos moradores que exerciam esse poder, não eram sequer policiais ativos, mas reformados e

até agentes do DESIPE aposentados (civis, e por isso, sem poder de polícia, mas que eram relacionados à condição de policial).

Mas, para proteger seu espaço, local onde viviam e onde seus filhos crescem, passaram a considerar alguns casos como inaceitáveis e tomar atitudes, como: "... Os nossos homens já colocaram muito turista pra correr." Essa e muitas outras falas confirmavam que os moradores passaram a reagir, ao seu modo, ao que viam como impróprio para sua comunidade, como o uso de entorpecentes, a prática de nudismo (ou topless) e a permanência de casais homossexuais que seriam más influências, além da depredação causada por esses, como o lixo deixado. Faziam com que os "transgressores" sofressem humilhações e agressões físicas.

A questão da segurança está muito ligada a outras categorias de grande importância para a população local, como no campo da moral - "a maioria das pessoas aqui não admitem topless, nem drogas, é uma questão de moral, as pessoas que já viveram fora estão mais acostumadas" - e da preservação ambiental, em relação à qual os moradores afirmavam que " a Vila Dois Rios é a mais preservada e melhor da Ilha, porque nós ajudamos a deter o tráfico..." e "a grande preocupação é que a vila não fique como o Abraão, foco de drogas, principalmente a gente, filho de policial. A gente tem idéia daqui como 'virgem'. Aqui na Colônia, se ficar muita gente vindo, vai virar bagunça."

Houve, posteriormente à pesquisa, a volta da 2ª Companhia Independente da Polícia Militar para o Abraão, onde o Batalhão da Polícia Florestal havia acumulado funções de policiamento ambiental e de segurança pública por dois anos, o que pode ter levado os moradores a se acharem mais seguros tanto na Vila Dois Rios quanto no restante da Ilha.

5. PRESERVAÇÃO - OS "NATIVOS" E OS "DE FORA"

"Aqui é uma área de preservação, que não pode matar animais silvestres, nem fazer queimadas. Mas as pessoas não obedecem, tem sempre gente caçando, principalmente quem vem de fora, mas tem morador que faz. Além disso, existe um grande grupo que conserva e toma conta, estão sempre de olho."

(Fala de uma moradora)

Essa é uma localidade que faz parte de um importante pólo que se pretende de ecoturismo, citada por documentos oficiais, por grupos externos (ONGS e movimentos ecologistas) e por meios de comunicação de massa, estabelecida em uma área de Mata Atlântica mantida quase ileso, apesar da ocupação na Ilha ter se iniciado por volta do século XVII e de ter atravessado vários ciclos econômicos. A preocupação em torno da preservação ambiental da Ilha Grande, vindo do poder oficial e de autoridades externas, além do interesse na participação da população em tais questões, como pode ser visto nos documentos que discutiam o Plano Diretor do município de Angra dos Reis (PMAR, 1992), pode ser explicada pelo que agora se coloca como a 'vocalização turística' da Ilha. A essas discussões externas sobre a importância da preservação ecológica na Ilha Grande se soma a 'visão nativa' sobre o tema, que vê no turismo uma forma de crescimento financeiro, mas também uma ameaça ao patrimônio ecológico do local.

As questões de informação e de educação ambiental apareciam nos depoimentos de alguns dos moradores que viam nessas questões uma solução para o problema da agressão ambiental: "se depender de mim a natureza está protegida, mas acho que as pessoas deviam ser educadas". O que parecia ser um resultado da influência do discurso externo, tanto do poder público, como da mídia, da UERJ e de uma parte dos próprios turistas.

O conceito de "paraíso", que abrange as idéias de "mata", "mar" e "natureza", se traduz ali em algo a ser preservado e mantido pelos moradores da Vila Dois Rios, fazendo parte do seu dia-a-dia e de suas preocupações, como uma dádiva, que deve ser aproveitada por eles⁵. A ligação que apresentam com estes componentes do "paraíso" é

⁵ David Drew afirma que a maneira como o homem ocidental encara o seu meio ambiente deriva em parte da idéia cristã-judaica segundo a qual, ao invés das outras criaturas, o homem foi feito à imagem de Deus,

muito forte por se apresentarem como nativos, e por isso exímios conhecedores da natureza.

Por isso, ao se referirem aos problemas ambientais que prejudicam o lugar, afirmam que não os causam pois fazem parte dele. Acreditam que, quando pescam e plantam (alguns moradores possuíam hortas em suas casas), não causam problemas à natureza porque sabem fazer aquilo sem comprometer a preservação do meio: "A praia e o espaço estão garantidos, pelo menos a população cuida, ajuda a preservar". Portanto, as agressões à natureza só seriam causadas pelos que vinham de "fora", turistas ou visitantes, era essa a fala que a comunidade da Vila Dois Rios reproduzia.

E, associada à questão da preservação aparece também a questão da preservação da cultura local. Para os moradores, o mesmo turista que é responsável pela maior parte do lixo jogado na praia e na mata, e que os moradores na época tinham que recolher por não haver um serviço constante de limpeza feito pelos órgãos públicos, também leva idéias e comportamentos distorcidos, como: o uso de drogas, o homossexualismo e o vandalismo; agredindo a cultura local e mais especificamente suas famílias.

A comunidade via como errado o comportamento diferente que chegava à vila através do turismo, que era tratado, de forma geral, como uma ameaça a sua forma de viver. Assim, os símbolos das diferenças de identidades e da delimitação das fronteiras culturais apareciam sempre que alguém chegava à vila e se apresentava como "de fora", nesse caso como *o turista*. Mas nem todos eram repudiados, alguns visitantes iam à vila e pareciam não significar qualquer ameaça, "vêm, passeiam e vão embora". No entanto, outros eram vistos como problemas para a moral e os bons costumes da comunidade da Vila Dois Rios, e a esses os moradores reagiam como que para impedir a invasão externa à sua cultura.

Mas, se de um lado, o turista é considerado um problema, do outro o morador vê nele a possibilidade de aumentar sua renda, e dessa forma acredita ser possível o bom convívio entre a cultura local e o turista, se esse for controlado e organizado. Essa "boa" relação se daria através da exploração econômica do turismo, com um perfil caseiro e informal através da venda de comida e bebida para os que vão à vila nas casas de moradores e cantinas, para incrementar a renda familiar.

tendo portanto o direito de dominar o mundo. Além disso, os gregos da antiguidade também acreditavam na idéia de um mundo destinado ao benefício do homem.

O que a comunidade parecia desejar era o controle de quem entrava na vila. Para uns poderia haver um controle desde a subida da estrada no Abraão, para outros o controle deveria ser feito na entrada da vila de Dois Rios, através de um cadastro. Isso faria com que o turista se sentisse amedrontado e não causasse problemas e com que a população se sentisse protegida, "conhecendo" o "estranho", uma forma de evitar o que parece "perigoso" ou "inesperado".

Se, da parte de alguns, há o discurso da preservação, de que não deviam usar os recursos naturais sem permissão dos órgãos competentes ou fora do que já estava estabelecido pela legislação ambiental, como plantar, pescar ou caçar (o que, aliás, reproduzia o discurso externo sobre o assunto); da parte de outros, há o desejo de que o lugar seja mais agitado, com pousadas para turistas e supermercados para facilitar suas compras, além de hortas para a comunidade, e nesse sentido reclamavam das proibições feitas aos moradores afirmando que "...na época da colônia eram retiradas madeiras para o forno. Aqui a terra é fértil, ela se recupera rápido. Quem tá mandando só diz não, mesmo não sabendo o que pode ou não" . O que demonstra a ambigüidade na visão e comportamento locais.

6. "UERJ" X COMUNIDADE

Para a análise da relação entre a comunidade da Vila Dois Rios e a UERJ utilizo a idéia, referencial para a antropologia, de "representações sociais", acrescentando o enfoque de Bauer (1995), no sentido de que podem ser vistas como "a produção cultural de uma comunidade, que tem como um de seus objetivos resistir a conceitos, conhecimentos e atividades que ameaçam destruir sua identidade". Dessa forma, as representações sociais podem ser consideradas como "a ação de um sistema imunológico cultural: novas idéias são assimiladas às já existentes, que neutralizam a ameaça que elas apresentam e tanto a nova idéia, como o sistema que a hospeda, sofrem modificações nesse processo" (Bauer, 1995: 229).

A resistência daquela comunidade às mudanças feitas pela UERJ aparecia em diversas ocasiões através de suas reclamações, como: nas conversas nas cantinas da vila, nas cerimônias na Igreja aos domingos (onde pediram ajuda divina para que a nova reitora da UERJ fosse "iluminada" e pudesse dar atenção à comunidade) e nas conversas com os administradores da vila e do CEADS. Além disso, a comunidade resistia, também, ao que parecia uma invasão externa, na tentativa de manutenção da cultura local, contra os "de fora" - representantes da UERJ e turistas.

A comunidade afirmava que a "UERJ" deveria garantir os serviços e ser uma boa administradora. E essas cobranças referiam sempre o Termo de Cessão de Uso, que regula o estatuto e a atuação da UERJ na Vila Dois Rios, atribuindo-lhe responsabilidades tais como a já referida criação e manutenção de um centro de estudos (que ficou sendo o CEADS), a garantia do acesso da população ao abastecimento, o transporte dos estudantes para a escola no Abraão. O Termo de Cessão era referido pelos moradores sempre que queriam reclamar de coisas que julgavam caber à UERJ providenciar. Além das cobranças dos compromissos formalmente atribuídos nesse documento, havia outras dirigidas à UERJ, já que esta representaria o governo.

O fato de a UERJ ter chegado à vila num determinado momento, que afirmavam ser de grande dificuldade para a comunidade, fez com que os moradores acreditassem que ela assumiria o papel do presídio, já que, sendo do Estado, estaria lá, também, para suprir suas necessidades. Mas o convívio entre ambas tornou difícil aquela relação. E a situação acabou gerando muitos conflitos, a ponto de um morador afirmar, com relação

ao administrador local, que "todo mundo fala com ele, mas ninguém cai na dele", como se ninguém confiasse nele, nem na UERJ.

Tal relação de polaridade, analisada por Prado (2000.a)⁶, se mostrava presente em todo momento e em todos os discursos de ambos os lados. A tensão se manifestava mais entre os moradores quando se referiam aos problemas de saneamento, segurança e transporte. Segundo os moradores, a UERJ também deveria, de acordo com os termos da cessão de uso, administrar recursos que possibilitassem a permanência dos moradores na Vila.

A presença da UERJ, como administradora da Vila, não era bem vista pelos moradores, observando-se uma necessidade por parte destes de que a UERJ cobrisse as funções que o Instituto Penal havia exercido no passado. Alguns moradores afirmavam que, por terem sido acostumados aos serviços prestados pelos presos (que na época do presídio faziam a manutenção e limpeza de toda a vila inclusive das calçadas e casas), houve uma acomodação da comunidade que não aceitava fazer nada. Outros afirmavam que a limpeza e capina das ruas e praças era uma das funções que a UERJ havia assumido no acordo com o Estado, mas que não cumpria.

Com a instalação do CEADS na vila, a UERJ contratou seguranças para impedir a entrada de pessoas estranhas no centro e nas áreas de pesquisa, como às margens do rio Barra Grande. Apesar disto, os moradores não se sentiam protegidos, nem seguros, afirmando que a segurança de suas casas dependia deles próprios.

A questão do transporte, no momento da pesquisa, parecia ser a principal causadora das discórdias locais, bem como de muitas queixas e acusações entre o pessoal da UERJ e o da comunidade. E tratava-se do uso e manutenção de duas Toyotas e de um caminhão que eram considerados como "da UERJ" e de uma outra, cedida pela Prefeitura de Angra dos Reis, à comunidade. Os moradores afirmavam que, quando "o carro da comunidade" estava com defeito, a UERJ não ajudava com a manutenção, nem emprestava um de seus carros para que a comunidade pudesse se deslocar ao Abraão.

Os moradores também reclamavam muito da falta de emprego, já que na vila havia um grande número de jovens que não estudavam, mas afirmavam que a UERJ só

⁶ De tal maneira se ressaltava essa polaridade/antagonismo entre "a comunidade" e "a UERJ", que, paralelo aos objetivos da pesquisa - sobre percepção de questões ambientais -, a questão foi objeto de um relatório especial (cf. Prado 2000.a). Tal relatório foi encaminhado às instâncias competentes da UERJ, supondo-se que tenha servido como subsídio para algumas mudanças que de lá para cá ocorreram.

lhes oferecia serviços pesados. Já para o administrador da vila, "a comunidade quer tudo, já não pagam nada, as pessoas cobram demais, não dão nada e cobram muito da UERJ".

Segundo Diegues (1998), o impacto da implantação da propriedade estatal sobre uma população, em seus territórios tradicionais, apesar de protegê-los da especulação imobiliária e mantê-los no local, faz exigências quanto às suas atividades habituais. O que acontece por causa da falta da inclusão da participação dos moradores na definição de projetos, que poderia apresentar a perspectiva das comunidades frente às mudanças ocorridas no local, e promover um convívio tranqüilo e satisfatório a ambos. Da mesma forma, na Vila Dois Rios, o fim do presídio mais a chegada da UERJ, levou a comunidade a diversas transformações com as quais os moradores não concordavam, e das quais pareciam não ter participado.

Dessa forma, concordo com Lorenzo (1996) quando esta diz que "é certo que as culturas são dinâmicas e não permanecem iguais a si mesmas ao longo do tempo e do contato com outras. Mas novos hábitos tornam-se problemáticos na medida em que não se combinam com os hábitos tradicionais e, ao contrário, impõem-se, controlando-os ou tornando-os inferiores simbolicamente". Mesmo ressaltando-se os problemas já apontados (cf Diegues, 1998) de se determinar o que é uma "população tradicional", e reconhecendo-se as diferenciações na composição da população de Dois Rios, é possível estabelecer um paralelo entre a reação dessa comunidade em relação à chegada da UERJ e a de outras populações locais, como os casos referidos no trabalho de Diegues (1998) e no de Lorenzo (1996).

Deve-se levar em conta que, para a população da Vila Dois Rios, a UERJ era uma estranha que, além de estar invadindo o seu território sem verificar sua opinião, apresentava-se de forma distante e "misteriosa", proibindo a entrada de moradores no seu centro de pesquisas ou excluindo-os de suas atividades e resoluções, e que por fim tentava subordiná-los e suprimi-los.

Mas "a UERJ", representada por funcionários e pesquisadores que ali atuavam, afirmava que a comunidade da Vila Dois Rios não era organizada, que "brigavam entre eles mesmos o tempo todo e que não sabiam o que queriam", colocando que não conseguiam nada porque não chegavam a um acordo. Alguns acreditavam, também, que os moradores deveriam respeitar não somente a instituição como a seus funcionários,

pois, "quem mandava ali era a UERJ", onde se percebia que o "respeito" estava associado à questão da "hierarquia", com um dos grupos sendo inferiorizado.

O CEADS, por exemplo, através de seus funcionários, parecia ter aderido a uma "aura" emanada pelo antigo presídio, apresentando algumas características e mantendo regras que se aproximavam da rotina policial. Uma delas era a proibição da circulação de moradores na área e no Centro de Pesquisas, que, como já foi dito, era cercado e com portões, possuindo uma placa de proibição de entrada, além de vigias durante o dia e a noite. Segundo a administração do Centro de Pesquisas, essas providências foram tomadas para evitar que se prejudicassem as pesquisas, mas pudemos perceber que isso ajudou a criar uma atmosfera de suspeita e desconfiança, principalmente porque aquela era uma comunidade que se acostumou a controlar os acontecimentos da Vila. A isso os moradores consideraram como uma forma de exclusão, reclamando que a UERJ deveria consultá-los e informá-los do que acontecia na vila, pois eles "já estavam lá quando a UERJ chegou".

Além disso, a maior parte dos pesquisadores se mantinha distante, como se não sentissem a necessidade da interação que os moradores desejavam. Alguns viam na população local pessoas atrasadas e estranhas, o que pode ser comparado com o ponto de vista externo sobre a população de uma cidade pequena que, segundo Prado (1997), é carregado de valor jocoso e negativo (a idéia do caipira, interiorano e provinciano) e remete a idéias de atraso, ingenuidade e ignorância. Para os "da UERJ" o comportamento herdado do presídio, que administrou e controlou toda a vila, também fez com que os moradores não conseguissem se organizar nem conviver de forma harmoniosa. "São como índios", disse um aluno da UERJ, explicando que queria dizer que agiam como se fossem "tutelados".

Segundo os moradores, era inevitável a comparação feita entre a UERJ e o que presídio representou no passado. A diferença entre ambos aparecia em todas as entrevistas feitas pela nossa equipe de pesquisa, e girava em torno do que os moradores viam como suas maiores necessidades e como obrigações às quais a UERJ se comprometera no Termo de Cessão. Se o presente aparecia cheio de incertezas, dificuldades e estranhamento, o passado era idealizado como o tempo em que controlavam tudo a sua volta, eram assessorados e mantidos pelo Estado, e aquele lugar era mais bonito, movimentado e alegre. Dessa forma, se manifestava o "saudosismo",

uma característica de todos os moradores que participaram desses dois períodos que a Vila Dois Rios atravessou.

Apesar da nostalgia em relação à "época do presídio", uma parte da comunidade da Ilha e da vila não o queria de volta, como foi visto quando o Secretário de Justiça do Estado propôs a construção de um novo presídio no local⁷.

Se a "UERJ", naquela ocasião e através de seus representantes locais, demonstrava insensibilidade às necessidades e àquela população enquanto grupo social, havia também alguns representantes dela que se mostravam interessados em prestar algum tipo de auxílio àquela comunidade, afirmando que a Universidade deveria desenvolver projetos de conscientização ecológica, tanto para a comunidade, quanto para os turistas, que precisavam conhecer melhor as características e normas que regiam o lugar. E, através disso, faziam com que os moradores pudessem entender melhor a atuação da UERJ. Outros representantes da UERJ afirmavam que esta deveria providenciar o atendimento médico para a Vila, pois "era quem podia", e os animais como as cobras venenosas, vindos da mata, eram um perigo constante. Além disso, havia acidentes que aconteciam com os moradores e pesquisadores (que iam à mata para coletar o material de suas pesquisas) nas trilhas, ou mesmo na vila.

Dessa forma, apesar dos conflitos entre UERJ e comunidade, ambas demonstravam ter consciência de que aquela era uma situação que deveria acabar para o bem comum. A partir de meus contatos com a equipe de pesquisa original que continua atuando na Ilha, é possível reconhecer que, do momento em que encerrei os contatos com a Vila até o presente, várias mudanças vêm sendo executadas pela UERJ, que parece ter "acordado" para a comunidade e suas necessidades.

Algumas atitudes da UERJ relativas às demandas dos moradores adquiriram mais visibilidade a partir de 14 de janeiro de 2002, com a inauguração de algumas obras que faziam parte das principais solicitações dos moradores, como as reformas da Igreja Nossa Senhora dos Homens (construída em 1938), do espaço do antigo cassino (hoje, Centro de Convivência, com salão e lanchonete, para uso da comunidade e da UERJ), além do antigo posto de saúde (hoje, Unidade Básica de Saúde Márcio Tadeu Ribeiro Francisco).

⁷ Informações contidas nos jornais *do Brasil* e *O Globo*, 06-07/04/2000.

Tais obras, segundo a Reitora Nilcéa Freire⁸, fazem parte do Plano Piloto do Campus Ilha Grande, e têm como objetivo firmar a presença da UERJ em Vila Dois Rios, propiciando a convivência harmônica entre a universidade e a população local, além de incentivar o turismo ecológico organizado. Está prevista, também, no plano piloto a construção do "Ecomuseu", no qual se inclui a preservação da história da Ilha, com informações sobre preservação ambiental, histórias das instituições carcerárias e a restauração do cinema do presídio (com centro de multimídia). O projeto prevê a ampliação da sede da Associação de Moradores da Vila Dois Rios, com uma cooperativa de serviços, e a recuperação da estrada.

Através da assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com outras entidades - o Ministério do Meio Ambiente, a FEEMA, o Ibama, o Instituto Estadual de Florestas e a Prefeitura de Angra dos Reis - a UERJ ficou responsável por fazer um levantamento quantitativo dos imóveis da região e apresentar um plano de recuperação e novo uso para o prédio onde funcionou o presídio de Vila Dois Rios, que já está previsto dentro do projeto do Ecomuseu.

⁸ Dados obtidos através do site da UERJ.

7. CONCLUSÕES

"A UERJ aqui tem muita coisa para resolver, assumiram um compromisso, mas não dão continuidade."

(fala de um morador)

"Dois Rios é problemático por causa do fechamento do presídio, porque os presos faziam tudo. Hoje os moradores não querem fazer nada." (Heron Barilho, ex-coordenador da Brig. Mirim Ecológica da Ilha Grande).

Segundo Martin Bauer (1995), "a resistência é um fator criativo, que introduz e mantém heterogeneidade no mundo simbólico de contextos inter-grupais" (Bauer, 1995:229), permitindo a manutenção de sua autonomia através da resistência às inovações simbólicas que não produziram. Dessa forma, vi na comunidade de Dois Rios, uma população que tentava a todo custo retomar seu estilo de vida e suas atividades passadas, rejeitando as mudanças que vinham "de fora", ou melhor, mudanças impostas por alguém ou algo de fora da comunidade.

Apesar de a comunidade da Vila Dois Rios não ser exatamente "nativa", nem isolada, pois, além de formada por um grande número de pessoas de fora da Ilha, mantém muitos contatos com os grandes centros urbanos, muitas de suas características e idéias são produto de uma vivência particular e própria.

Nisso, incluo o fato de a sua estada por muitos anos nesse local - tendo alguns nascido na vila ou na Ilha - tê-los aproximado das características de populações de cidades pequenas, onde rege a personalidade e todos se conhecem, havendo o controle da vida local pela população (Prado, 1997). Dessa forma, entendo que nessa vila, assim como nas pequenas cidades, os conceitos sobre moral e costumes estão fortemente enraizados, havendo um verdadeiro repúdio contra alguns conceitos externos e tidos por eles como errados. Nesse caso, concluo que, no imaginário da comunidade local, existe uma grande diferença cultural entre os moradores da vila e seus novos administradores, que trazem a proposta de um campus universitário ao qual "adaptar-se", mediante novas idéias e símbolos que ameaçam a sua identidade e autonomia.

Além disso, tanto a comunidade quanto os representantes da UERJ/CEADS, referiam-se um ao outro como algo único, como a uma "entidade" que apresentava uma

característica "essencial". Dessa forma, as ações não eram vistas como praticadas por um indivíduo, em si, mas pelo grupo que ele representava, e o que era próprio de "um" passava a ser visto como sendo de "todos" que estavam classificados na outra entidade.

E nesse sentido concordo com Bauer (1995) quando afirma que, para analisar as representações sociais de um grupo é necessário identificá-lo, situar seu conteúdo simbólico no espaço e no tempo, e relacioná-lo a um contexto intergrupar. Pois, para a análise da população da Vila Dois Rios, naquele momento, foi imprescindível: o entendimento da sua formação enquanto "comunidade", como gostam de se designar; o reconhecimento de seus conceitos e de sua posição espacial como localidade afastada de grandes centros urbanos, ao mesmo tempo em que marcada pela existência do presídio; as transformações por que passaram no que se refere a sua relação com o presídio e com a UERJ. Além disso, as representações e os símbolos de suas ligações e confrontos se apresentavam como uma resistência às diferenças que lhes eram impostas.

Se essa população se sentia invadida pela UERJ, esta última não incluía a participação da comunidade na definição dos projetos e decisões, o que ajudava a gerar uma perspectiva negativa da comunidade frente à Universidade. Se, anteriormente, as decisões passavam muitas vezes pelas mãos dos moradores, enquanto funcionários do presídio, após a desativação da instituição penal, houve uma alteração profunda na sua organização social, no seu modo de vida e no manejo dos recursos naturais.

O presídio, enquanto antigo provedor de trabalho na vila, era representado por um complexo de valores, símbolos e crenças fundamentais para o entendimento da especificidade daquele grupo social. E, em qualquer circunstância, o conhecimento sobre aquela comunidade deve passar pela compreensão da sua relação com o presídio. Além disso, as interferências na vida local a partir da chegada da UERJ produziram um clima de tensão e desconfiança por parte da comunidade.

Se em torno do presídio definia-se a organização social e o estilo de vida da vila, o período entre a saída e demolição do presídio e a instalação da UERJ, foi o marco da passagem do tempo "bom" para o tempo "ruim", daquela população. A comparação do "antes" ou "na época do presídio" com o "agora" ou "na época da UERJ", expressões citadas a todo o momento, representa o saudosismo por um tempo anterior e a resistência para com o tempo atual, com seu modo de vida diferente. A imagem física da vila, a transformação espacial, é um outro aspecto que caracteriza a passagem do

tempo e as mudanças ocorridas. As ruínas dos prédios implodidos fazem parte, junto à mata densa e à praia, de um conjunto visual que os moradores têm como destoante, errado, se comparado com o "antes". Também não há uma compensação da perda das antigas atividades exercidas pelos moradores, nem do seu modo de vida, tidos como ideais, que represente uma forma de recompor sua organização ou suas atividades. Isso os leva à sensação de abandono, definindo a UERJ, ou seus representantes, como um problema. Assim, a idealização do passado apareceu como expressão da insatisfação com o modo de vida e da rejeição ao que a UERJ representa.

Para resolver tal situação "a UERJ" pode pensar na vila como um grupo de pessoas que tenta sobreviver ao fim de sua referência estrutural (o presídio), além de resistir ao que acreditam ser o fim de seu modo de vida. O que pode ser confirmado em suas falas, quando rejeitam a intervenção e a presença da UERJ e manifestam o desejo de permanecer no local. Assim, entendo que na Vila Dois Rios os laços sociais, entre parentes e amigos, eram fortificados na tentativa de manter seu modo de vida, afastando as influências externas e protegendo a organização local.

Segundo DaMatta (1997), o "familismo", entre outros, é uma relação pessoal marcada pela instrumentalidade que manda tirar vantagem de tudo, sobretudo das relações entre parentes, compadres e amigos, sendo diretamente proporcional à falta de confiança na vida pública e servindo como um mecanismo de defesa contra o sistema. Além disso, essa relação, como pode ser visto em Prado (1997), é muito encontrada em cidades pequenas, onde todos se conhecem e mantém uma relação de pessoalidade, em contradição com os grandes centros, onde o individualismo aparece como a marca das relações sociais. Essa questão - que se fazia presente no contexto da Vila Dois Rios na convivência entre os moradores - também contribuía no antagonismo em relação à UERJ.

Mas se a comunidade local se unia contra o que considerava problemas para a vila, não mantinha uma organização política que lhe permitisse maior autonomia frente às demandas que colocava, liberando-se da dependência do "paternalismo" governamental. Assim, se de um lado, acredito que à "UERJ" caberia (como compromisso ético) colaborar para preservar essa comunidade naquilo que a mesma entende como a sua identidade, por outro lado, reconheço o grande desafio que isso significa, diante de tamanhas contradições e ambigüidades de parte a parte.

Como explicado anteriormente, várias mudanças começaram a ocorrer no posicionamento da UERJ, mas como esses dados foram obtidos a partir de informações da mídia e de colegas de pesquisa, mas à certa distância, não há, no momento, como afirmar até que ponto elas estariam influenciando a relação entre esses atores, ou como elas estão sendo vistas pela comunidade. De qualquer forma, cabe perguntar até que ponto essas mudanças têm como finalidade a melhoria das condições de vida dos moradores da Vila Dois Rios, e se têm, até quando ?

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin.

1995 - A popularização da ciência como "imunização cultural": a função de resistência das representações sociais. In Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs.) *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

DAMATTA, Roberto.

1993 - Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco.

1997 - *Brasileiro: Cidadão?*. São Paulo: Cultura Editora Associada.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana.

1998 - O Surgimento da preocupação com as populações tradicionais no Brasil. In *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.

DREW, David.

1994 - O homem e o ambiente: introdução. In *Processos interativos homem-meio ambiente*. Rio De Janeiro: Bertrand Brasil.

GEERTZ, Clifford.

1989 - Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora

1999 - "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico. In *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

GOMES, Marcus Machado.

2001 - *A natureza sob vigilância - Ethos penitenciário e etnoecologia na Ilha Grande*. Rio de Janeiro. Monografia.

IORIS, Edwiges.

2000 - Conflitos em unidades de conservação com populações locais: o caso da Floresta Nacional dos Tapajós. Brasília: XXII Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação", mimeo.

LÉVI-STRAUSS, Claude.

1996 - O fim das viagens. In *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

LORENZO, Rosa Amélia F. G.

1998 - A que passos andam as tartarugas: estudo sobre o impacto sócio cultural do turismo em Praia do Forte. Salvador: XX Reunião Brasileira de Antropologia, GT "Ambiente, Cultura e População: Grandes Projetos e Populações Locais", mimeo.

MELLO, Carl E. Vieira de.

1987 - *Apontamentos para servir à história fluminense (Ilha Grande) Angra dos Reis*. Angra dos Reis: Conselho Municipal de Cultura.

PMAR - PREFEITURA Municipal de Angra dos Reis.

1992 a - *Um pouco de nossa Ilha Grande*. Angra dos Reis: PMAR/ Sec. Mun. De Desen. Econômico, Social e Planejamento, mimeo.

PRADO, Rosane.

1997 - Cidade pequena: paraíso e inferno da pessoalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem* n. 4, Rio de Janeiro: UERJ.

- 1999 - Mapeamento etnoecológico da Ilha Grande. Projeto de pesquisa para iniciação científica, mimeo.
- 2000.a - A UERJ e a comunidade da Vila Dois Rios. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, mimeo.
- 2000.b - Depois que entrou o Imbamba: percepção de questões ambientais na Ilha Grande. XXII Reunião Brasileira de Antropologia, GT "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação", mimeo.
- REIS, Brasil dos.
- 1988 - *Apontamentos para a história de Angra dos Reis*. Angra dos Reis: Conselho Municipal de cultura.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães.
- 1984 - Um índio didático. *In* [et al.] *Testemunha ocular*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- SAHLINS, Marshall.
- 1992 - Cosmologias do capitalismo. *Religião e Sociedade* v. 16, n. ½. Rio de Janeiro: ISER.
- SIGAUD, Lígia.
- 1988 - Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. *In* Rosa, Sigaud and Mielnik (orgs.) *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e nucleares*. Rio de Janeiro: AIE/COPPE/Marco Zero/CNPq.
- SILVA, Gláucia Oliveira da.
- 1989 - *Tudo que tem na terra tem no mar*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Folclore.